



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE HISTÓRIA

HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA

PROFESSOR DOUTOR FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES

DISCENTE: OTTO JORGE DA SILVA NANEZ

MATRÍCULA: 07036001901

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REPUBLICA NO PARÁ: A INSTRUÇÃO PÚBLICA

BELÉM – PARÁ

2010

Introdução:

Pretendo com este artigo analisar as políticas educacionais que a república desenvolveu em seu alvorecer no Pará, mas especificamente no período que se estende de 1889 a 1897, período este que abrange os governos provisórios de Justo Chermont e Huert Bacelar e o primeiro governo constitucional de Lauro Sodré, focando a minha atenção nas políticas desenvolvidas para a instrução pública primária.

Para discutir as reformas sofridas no ensino primário do Pará, tenho por base a dissertação de Mestrado em Educação de Wilson da Costa Barroso que se intitula *“Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897”*. Considerando que minha área de interesse e a pesquisa que desenvolvo são semelhantes às de Barroso, que possuo razoável leitura da bibliografia e das fontes sobre a temática desenvolvida, pretendo analisar a obra de Barroso relacionando-a as obras de outros autores juntamente com os resultados que venho alcançando, buscando assim demonstrar os pontos sólidos e as fragilidades que a obra de Barroso possui.

Desenvolvimento:

“é um fenômeno comum aos grandes eventos: a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem.”

(CARVALHO, Jose Murilo de.)

Antes de falarmos propriamente da instrução pública no Pará, apresento de forma sucinta o contexto da época. Nas duas últimas décadas do século XIX, o Brasil passaria por mudanças de cunho social e político significativas. O Império que se instalara no Brasil em 1822 começava a apresentar perceptíveis sinais de desgaste. A figura imperial perdia sua imagem de sacralidade, ocorria um rápido crescimento da imprensa “independente” e multiplicação de jornais ligados a partidos, muitas vezes de oposição, organizavam-se conferências republicanas que muitas vezes eram reprimidas pela polícia, a campanha a favor do fim da escravidão negra ocupava cada vez mais espaço, ganhando a opinião pública e a imprensa, o que *“feriu mortalmente o regime numa nítida demonstração da*

ressignificação da rua e da progressiva importância da opinião pública na década de 1880.”¹

A partir de 1886 ganha destaque na esfera pública um outro assunto, a questão militar, visto que essa classe sentia-se desprestigiada com a posição que lhe era dada pelo Império, reivindicando “*o respeito à dignidade do seu ofício, um lugar de destaque na sociedade, o que sabiamente não era propiciado pelo governo de d. Pedro II, orgulhosa e marcadamente civil.*”² Somava-se a esses fatores a entrada de diversas tendências intelectuais como: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo entre outras. Tanto a intelectualidade civil como a militar aderiu a algumas dessas correntes de pensamento, muitas vezes misturando-as ou então selecionando características das mesmas.

Em maio de 1888 é abolida a escravidão negra, após muita pressão de clubes abolicionistas, da imprensa, de intelectuais civis e militares enganados na causa, e da opinião popular. Fragilizado pela perda de apoio de importantes elementos sociais, como os escravocratas, ocasionada pela decisão de abolição da escravidão, o Império viria a ruir no ano seguinte com o golpe de 15 de novembro de 1889.

No Pará como em diversos Estados travou-se uma verdadeira luta pelo controle da república. Essa luta fica perceptível nos embates entre dois partidos, o partido republicano paraense (PPR), formado pelos republicanos históricos que haviam antes mesmo de proclamada a república se organizado no Clube Republicano do Pará, e foram os detentores do poder político com a implantação da república, e o partido republicano democrático (PRD), formado em sua maioria pelos políticos ativos quando da queda do Império, que trataram rapidamente de se reorganizar em um novo partido e, passaram a promover ferrenha oposição ao novo governo. “*Toda via, de modo geral, os opositores não defendiam a restauração, ainda que tivessem poucos motivos para exaltar o golpe de 1889 que lhes retirou o domínio político.*”³

A república chegou ao Pará num momento de prosperidade econômica, vivia-se a Belle-Époque paraense, isso se devia a principal atividade econômica da região no período, ou seja, a extração e comercialização do látex. Surge também com essa nova economia uma

¹ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida*. RJ: Ed. FGV, 2006. pp. 26

² Idem, pp. 37

³ FARIAS, Willian Gaia. *A construção da república no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado em História) – universidade federal fluminense, Niterói: 2005. pp. 10

nova elite dominante, formada basicamente por políticos e burocratas nacionais, comerciantes, e profissionais liberais. Assistia-se a uma transformação do espaço público, que abrangia desde a estrutura da cidade, que passava por um processo de reurbanização, até a tentativa de transformação do modo de vida da população, com a propagação de uma nova moral.

Barroso propõe-se a responder a seguinte questão em seu estudo: *como as idéias sobre cidadania desenvolvida na trama das relações de poder se apresentavam na efetivação das políticas de instrução pública primária, nos governos 1889-1897 no estado do Pará*. Em sua análise a constituição de 1891 foi o resultado de uma correlação de forças entre as elites, na qual saem vitoriosas, hegemonizando o aparelho Estatal, os setores do latifúndio. Essa constituição mantém uma lógica que privilegia os latifundiários, e das possibilidades mínimas de acesso ao povo, para o qual o Estado só se fazia presente na forma de favorecimento via oligarquia regionais. Ou seja, para Barroso “*a idéia de cidadania presente no movimento republicano esta circunscrita ao ideário liberal burguês, o qual exerce a função de ocultar o papel do Estado como poder representativo de uma classe hegemônica*”⁴.

Busca-se então por parte do Estado uma mistificação de uma sociedade democrática, livre, civilizada e moderna que se mantém através da expectativa de ascensão social que é alimentada no cotidiano, principalmente por meio da instrução pública, na qual as reformas educacionais traziam um discurso redentor, otimista e entusiástico de modernidade e civilização. Barroso coloca também que “*a efetivação de reformas para a educação popular quase sempre esbarrava nos limites da vontade política do governo (...) o povo continuava excluído.*”⁵

Em seguida Barroso expõem de forma bastante sintetizada as três reformas educacionais que se sucederam nesse período de 89 a 97, sendo estas as de 07 de maio de 1890, a de 13 de julho de 1891 e a de 18 de janeiro de 1897, as considerando estratégicas para implementação do ideário republicano no Estado do Pará.

Mais adiante Barroso acrescenta que “*o jogo conflitante de interesses entre republicanos e monarquistas, e nesse meio de disputa estava o povo desamparado, fez com*

⁴ BARROSO, Wilson da Costa. *Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897*. Dissertação (mestrado) UFPa. Centro de educação, Belém, 2006. pp. 56

⁵ Idem. pp. 61

que o governo provisório do Pará acelerasse as medidas de mudança”⁶. Outro aspecto de sua análise está em afirmar que no início da república não se pode experimentar uma forma de educação popular que se forja a cidadania na perspectiva democrática como concessão do Estado, muito menos uma democracia e cidadania participativas.

Acredito que no conjunto a obra de Barroso aponta questões pertinentes para a análise da cidadania e da educação do Pará no alvorecer da república, como as de uma ideologia das elites republicanas que tentava ser propagada através da educação, porém dizer que era principalmente através da educação que se buscava esse objetivo é questionável, a meu ver os resultados que se buscava atingir através da instrução pública não eram resultados imediatos, não se pode desconsiderar que “*O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade*”⁷. Sendo que essa estabilidade viria com o tempo, e para esta sim o investimento na educação era prioritário.

Havia sim também a necessidade de uma, se não estabilidade imediata, ao menos justificativa que legitimasse o novo regime, porém segundo o historiador William Gaia Farias “*era pela imprensa que os propagandistas republicanos procuravam divulgar as bases do novo regime, esclarecendo seus princípios básicos e identificando de que maneira o regime possibilitaria maior liberdade para que a sociedade tivesse poder de decisão*”⁸. Barroso parece ignorar em seu trabalho o papel que a imprensa desenvolveu para promover uma ideologia republicana.

Não se deve esquecer também que a utilização da instrução como ferramenta política não é novidade trazida pela república, no relatório que José Veríssimo, primeiro diretor da instrução pública durante o regime republicano, destinada a Justo Chermont, governador provisório do Pará na época, podemos perceber que ainda na monarquia já havia instabilidade da legislação referente ao ensino público, quase sempre confiado à pessoas sem qualificação específica, o que era piorado pela interferência da “politicagem” ou do

⁶ Idem. pp. 73

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 31

⁸ FARIAS, William Gaia. *A construção da república no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado em História) – universidade federal fluminense, Niterói: 2005. pp. 74

“partidarismo”, ou seja, de interesses oligárquicos, tratando a educação como eficiente preparatório de eleições.⁹

Outro ponto de sua abordagem, a meu ver questionável é apontar que as políticas educacionais esbarravam na falta de vontade do governo, na leitura da documentação existente sobre esse tema pode se entrever que a instrução sofreu um estímulo com o advento da república, embora insuficiente para sanar as mazelas que esta possuía, entre as medidas que foram tomadas estão a criação de diversos estabelecimentos de ensino na capital e no interior, e a reforma dos principais institutos da época, ou seja o Lyceu paraense e a Escola Normal. Mesmo que essas medidas tenham tido por fim obter uma maior penetração do ideário republicano entre o povo, e que não tenham beneficiado a maior parcela da população, houve sim, algum avanço na instrução.

Outro ponto que acredito que Barroso analisou de forma muito superficial, são as idéias que estão em voga em fins do século XIX, como o positivismo, evolucionismo, darwinismo entre outras. Em sua análise é como se para o Estado, ou para a elite, essas idéias fossem um mero artifício, que estes manipulavam as utilizando para legitimar e dar base as suas políticas. É como se esta elite não estivesse imersa nessas idéias.

De fato as políticas educacionais exercidas pelo Estado tinham como Barroso afirma as funções de tentar amenizar as mazelas educacionais e propagar um ideário republicano ao povo, a quase um consenso entre os historiadores sobre esta questão; porem não se pode esquecer que para muitos intelectuais e membros da elite brasileira se vivia de fato um momento de progresso único na nossa historia, entrava-se na engrenagem do progresso histórico, acreditava-se que o império brasileiro havia sido uma fase superada como ocorrera em diversos países europeus, que era o modelo de civilidade e modernidade. A posição política de Veríssimo pode servir com exemplo dessa crença no progresso, este aponta que no Brasil a república foi um bem por dois motivos: a primeira determinada pela nossa evolução histórica e circunstancias políticas, e a outra por ter a Republica formas políticas e administrativas mais largas que a Monarquia.¹⁰

⁹ Relatório apresentado ao Exmo. ST DT Justo Leite Chermont, governador do Estado, por Jose Veríssimo, diretor geral da instrução publica – Pará: TYP. Cardoso & Cia, 1890. pp. 61

¹⁰ VERISSIMO, Jose. A educação Nacional. Pará: Tavares Cardoso, 1890. pp. 16

Era preciso torna-se apresentável diante dos países “mais adiantados”, e a educação era também um medidor do grau de civilização de uma nação, não se tratava apenas de orientar o progresso das elites e do Estado, mas também de seu povo, sendo este na época composto por ex-escravos, índios, mestiços e imigrantes pobres nordestinos, estes últimos vindos para a Amazônia em busca da riqueza extrativa, ou seja, da borracha.¹¹ Era preciso “amoldar” a gente paraense desde as primeiras letras aprendidas na casa de ensino. Em outras palavras, a escola também foi laboratório do “triunfo republicano”.

Conclusão:

Barroso se propôs a estudar um tema e período riquíssimo, que são a cidadania e a instrução pública no alvorecer da república, porém seu estudo se tornou sintetizado demais, apresentando generalizações sobre diversas questões, o que para o estudo da História é sempre perigoso. As questões que ele levanta são essências para o estudo da temática, porém a metodologia que ele adotou pode ter fragilizado o desenvolvimento de seu trabalho. Em diversos momentos ele se afasta do seu problema para fazer considerações sobre outros setores da sociedade da época, sem, entretanto relacionar estes com a sua pesquisa, o que em alguns momentos torna o trabalho confuso; em outros instantes torna-se meramente descritivo sem apresentar uma problemática. Sua escolha por trabalhar apenas fontes governamentais faz com que se perceba em seu trabalho a falta da análise de como o povo e os meios de comunicação da época a favor e contra o novo regime viam suas políticas educacionais.

Acredito que apesar dos diversos estudos já escritos sobre o alvorecer da república no Pará, ainda existe espaço para novas discussões sobre o que foi a sociedade paraense de fins do século XIX e início do XX. É impossível reconstruir o passado, devido toda sua dimensão e complexidade, porém o trabalho do historiador deve ser dinâmico indo do empírico a bibliografia e fontes, e vice-versa, buscando assim trazer a tona sempre novas possíveis representações históricas que não se limitem a reafirmar o que a historiografia já produziu sobre determinado tema.

¹¹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque: (1870-1910)*-Belém: Paka-Tatu, 2002. pp. 16

Fontes:

Relatório apresentado ao Exmo. ST DT Justo Leite Chermont, governador do Estado, por Jose Veríssimo, diretor geral da instrução publica – Pará: TYP. Cardoso & Cia, 1890.

VERISSIMO, Jose. A educação Nacional. Pará: Tavares Cardoso, 1890.

Bibliografia:

BARROSO, Wilson da Costa. *Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução publica primaria nos anos de 1889-1897*. Dissertação (mestrado) UFPa. Centro de educação, Belém, 2006.

FARIAS, Willian Gaia. *A construção da republica no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado em Historia) – universidade federal fluminense, Niterói: 2005

CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da republica no Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 1990.

_____ *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a Republica que não foi*.- São Paulo: companhia das letras, 1987.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A Republica Consentida*. Rio de Janeiro: Ed, FGV. 2006

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque: (1870-1910)*- Belém: Paka-Tatu, 2002.

